

“O BARRIL DE PÓLVORA DE CHAPECÓ”: REPRESENTAÇÕES DA DISPUTA PELA TERRA EM SEDE TRENTIN/TOLDO CHIMBANGUE NO JORNAL O ESTADO – 1982-1985

DOUGLAS SATIRIO DA ROCHA*

Resumo: Em meados da década de 1980, os problemas relativos à terra na região Oeste Catarinense, ganharam destaque em vários jornais. O contexto do surgimento e atuação de movimentos sociais no campo, somado às várias problemáticas já existentes nessa região, marcaram um período em que a mesma, foi abordada como um espaço de constantes “conflitos”. Nesse cenário, destacamos o movimento de retomada das terras do Toldo Chimbangue, pelos índios Kaingang, no início da década de 1980. A mobilização dos índios enfrentou forte resistência das famílias de colonos que moravam nas terras reivindicadas, desencadeando um contexto de disputas, acompanhado e noticiado na imprensa escrita estadual. O trabalho de cobertura jornalística do jornal *O Estado* – jornal de abrangência estadual, com sede em Florianópolis-SC – fez com que a questão circulasse em diferentes regiões de Santa Catarina. Mais do que fatos e informações, circularam discursos e representações sobre uma região historicamente conhecida pelos problemas e disputas em torno da terra. Diante disso, este artigo tem por objetivo compreender de que modo o jornal apresentou esta problemática e como certos sentidos e representações foram construídos sobre a disputa entre índios e colonos. Foram analisadas as publicações do jornal entre os anos de 1982 e 1985, ano da demarcação parcial da terra reivindicada pelos índios Kaingang.

Palavras-chave: Representações; jornal *O Estado*; disputa pela terra.

Abstract: In the mid-1980s, problems relating to land in the western Santa Catarina region gained prominence in several newspapers. The emergence of context and role of social movements in the field added to several existing problems in the region marked a period in which it was approached as a space of constant “conflicts”. In this scenario, we highlight the movement of resumption of land Awning Chimbangue by Kaingang indians in the early 1980s. This mobilization of the indians faced strong resistance from the families of settlers who lived in the lands claimed, triggering a context of disputes monitored and reported in written press state. The news coverage of the newspaper *O Estado* – statewide newspaper, based in Florianópolis, SC – made the issue circulate in different regions of Santa Catarina. More than facts and information, discourses and representations were also spread, regarding of a region historically known for problems and disputes over land. This article then aims to

Artigo recebido em 01 de março de 2016 e aprovado para publicação em 01 de junho de 2016.

* Mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História Regional da Universidade de Passo Fundo – UPF, - bolsista FUPF. E-mail: douglaz@unochapeco.edu.br

understand how the newspaper presented this issue and how certain meanings and representations were built on the dispute between Indians and settlers. The newspaper publications analyzed range between 1982 and 1985, the partial demarcation of the land claimed by the Kaingang.

Keywords: Representations; *O Estado* newspaper; Disputes over land.

Introdução

As discussões que permeiam este artigo visam identificar e compreender as representações da disputa pela terra envolvendo índios e colonos de Sede Trentin/Toldo Chimbanguê, no jornal *O Estado*¹, entre os anos de 1982 e 1985. O trabalho parte da necessidade de analisar um aspecto ainda pouco observado sobre as disputas de terra na região Oeste de Santa Catarina: as representações construídas pela imprensa escrita. Neste sentido, tomamos como objeto de investigação, as notícias sobre a disputa de terra entre índios e colonos, publicados num jornal de Florianópolis, capital de Santa Catarina. Devido a sua cobertura e distribuição ser estadualizada e no período, ter publicado várias notícias sobre a questão, o jornal “*O Estado*”, foi escolhido como fonte principal a ser problematizada. Para além do caráter informativo que o jornal apresenta, o desafio é compreender esta produção jornalística e suas implicações na construção de um imaginário, sobre estas disputas e seus atores sociais.

Seguindo esta proposta, salientamos que as disputas de terra, marcam uma parcela significativa da história da região Oeste Catarinense e delimitam um lugar na memória e na representação sobre essa região. As disputas também ganharam um espaço ou uma continuidade, quase despercebida – a esfera pública – através das páginas da imprensa. É possível dizer que existe o “conflito”, sendo traduzido para a sociedade, por meio do trabalho da imprensa, o que pode ser compreendido, como parte do processo de disputa. Nesta perspectiva, cabe igualmente destacar que os envolvidos, ao mesmo tempo em que são apresentados e representados pela imprensa, utilizam-se dela e de seu papel mobilizador e “formador” da opinião pública.

Não é de hoje, que as questões sobre a terra no Oeste, permeiam as pautas da imprensa. As diferentes problemáticas em torno do tema, que marcaram esta região, foram apresentadas e debatidas na imprensa ao longo século XX, permanecendo nas páginas dos jornais, os relatos e principalmente os olhares e filtros da imprensa de cada época. Mais do

¹ *O Estado* era um jornal tradicional do estado de Santa Catarina, com sede em Florianópolis e com sucursais em várias cidades, inclusive em Chapecó. Inaugurado em 1915, passou por várias transformações ao passo que no início da década de 1980 foi considerado um dos maiores e mais antigos jornais de Santa Catarina.

que “informar”, no Oeste Catarinense – e sobre o Oeste catarinense – a imprensa se fez parte constituinte da história, construindo ideias, discursos e disseminando formas de ver e entender a “realidade”. Sob esta perspectiva, torna-se necessário examinar suas informações com outros olhares e buscar compreendê-la, como um agente participante na configuração das representações sociais de um dado momento.

De fato, a imprensa exerce um papel determinante na construção e circulação de representações na (e da) sociedade. É um dos meios utilizados para a circulação de formas simbólicas, sejam elas por meio de imagens ou de discursos. São artifícios usados dentro de um processo complexo, que tende a construir representações de ideias sobre determinados elementos presentes no cotidiano.

Charaudeau, referindo-se às representações, afirma que elas,

[...] ao construírem uma organização do real através de imagens mentais transpostas em discursos ou em outras manifestações comportamentais dos indivíduos que vivem em sociedade, estão incluídas no real, ou mesmo dadas como se fossem o próprio real.²

As representações, segundo o autor, “apontam para um desejo social” produzindo normas e revelando sistemas de valores. “[...] são as palavras que apontam para as representações [...] Palavras usadas em situações recorrentes pelos mesmos tipos de locutores acabam por tornar-se, portadoras de determinados valores”.³

Jovchelovitch,⁴ afirma que “Ao se engajar na tarefa simbólica e compartilhada de representar uma dada realidade, sujeitos sociais elaboram sua relação com o mundo social e o investem com afetos e valores”. Como foi bem apontado pela autora, os afetos e valores estão presentes na escrita da imprensa, uma vez que o modo como os eventos podem ser pautados nela, e como a escrita, muito longe de ser uma expressão isenta e imparcial, releva sob várias formas e maneiras de uma pessoa, instituição, e/ou grupo de ver a realidade e representá-la.

Desta forma, a imprensa apresenta-se como um dos elementos constitutivos do social, pois, ao passo que informa, interpreta e opina, propõe as suas leituras da realidade social. Para Burke e Briggs,⁵ “O verbo ‘informar’, derivado do latim, originalmente significava em inglês e francês, não somente relatar os fatos, o que poderia ser incriminador, mas ‘formar a

² CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo, Contexto, 2012. p. 47.

³ Ibidem, p. 48

⁴ JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 109.

⁵ BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. Informação, educação, entretenimento. In: _____ *Uma história social da mídia*. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. p. 188.

mente””. Neste sentido, como podemos observar, os jornais, por meio de suas publicações, tendem a informar os indivíduos, mas principalmente, expõem suas intenções frente aos fatos do cotidiano.

O fato de evidenciarem com maior “prestígio” e alcance/quantidade as suas interpretações do mundo, confere à sua prática, o poder de “impor” certos sentidos e formas de compreender a complexidade das relações dos indivíduos do tempo e no espaço. Pois, a construção do mundo social se emprega também por meio da tentativa de “imposição” e legitimação da visão daqueles que estão incumbidos de representar a realidade.

Nesse campo, Bourdieu⁶ evidencia que é através de um poder simbólico a construção da realidade, no qual também potencializa a “dominação” entre as classes. Vale esclarecer que “[...] os agentes detêm um poder à proporção de seu capital, quer dizer, em proporção ao reconhecimento que recebem de um grupo”⁷. A imprensa, situada neste campo se encarrega de representar os acontecimentos, conforme suas lentes, ao passo que, por meio de símbolos e imagens opera no sentido de traduzir e principalmente construir a realidade.

Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumento de conhecimento e de comunicação [...] eles tornam possível o consensus acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social [...].⁸

Contudo, através desta “função”, o que se coloca também é uma dominação da visão de uma classe social sobre a outra, gerando o que Bourdieu chama de “luta simbólica” entre as classes, para impor a sua definição de mundo social.

Além disso, a cobertura dos acontecimentos, de acordo com Barbosa,⁹ está estruturada de forma que legitime também os núcleos de poder. “O noticiário [...] marginaliza os núcleos não hegemônicos. Tais grupos, [...] ficam excluídos, passando a figurar como notícia, apenas quando surgem problemas de grandes repercussões [...]”.¹⁰ Nesta prática, conforme aponta a autora, o jornalismo assume um caráter elitista.

Moraes,¹¹ destacando a contribuição teórica de Gramsci, para o entendimento dos meios de comunicação, indica que “O discurso midiático interfere na cartografia do mundo

⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

⁷ Ibidem, p. 145

⁸ Ibidem, p. 10.

⁹ BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? In: *IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom - XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Porto Alegre – RS, 2004. Disponível em: <http://www.cemj.org.br/sites/default/files/BARBOSA%20Marialva.pdf>. Acesso em: 30/09/2015.

¹⁰ BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? In: *IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom - XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Porto Alegre – RS, 2004. p. 03)

¹¹ MORAES, Denis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010. p. 67.

coletivo, na medida em que propõe óticas argumentativas sobre a realidade, aceitas por amplos segmentos sociais, dentro de uma lógica de identificação e correspondência”.

Barbosa¹² destaca que como não é possível informar a totalidade, o jornalismo seleciona e hierarquiza as informações. Os jornais, através de critérios próprios e subjetivos, classificam a realidade e expõe uma seleção dos temas que devem ser lembrados, aquilo que não se tem interesse, automaticamente é excluído por não ser noticiado; não ser lembrado.

Nesta perspectiva, Luca¹³ também destaca que “a imprensa periódica seleciona, ordena a estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. É nesta condição que os jornais e jornalistas têm o poder de transformar certos acontecimentos em notícia e além de dar existência ao acontecimento, têm o poder de imprimir com exclusividade a “primeira” versão/visão. Sendo assim, suas páginas escritas nos levam a identificar e problematizar aquilo que determinados grupos elegeram como importante de ser noticiado e principalmente, os símbolos e imagens utilizados para representar as visões do seu tempo.

A problemática das disputas pela terra no Oeste e a repercussão na imprensa escrita

Os índios Kaingang do Toldo Chimbangue, no final da década de 1970 e início nos anos 80,¹⁴ construíram um movimento de recuperação de suas terras, fato este que “não deixou de ser conflituoso, uma vez que as colonizadoras não reconheceram a existência desses grupos.”¹⁵ O movimento remonta a um histórico de problemas em torno da ocupação desta área. A região que muito tempo fora habitada por populações indígenas e caboclos inseriu-se numa nova relação – tanto jurídica como econômica – com a terra e a propriedade, especialmente após o início do processo de colonização, a partir das primeiras décadas do século XX. Este novo olhar para a terra foi gradativamente excluindo os indígenas e caboclos e privilegiando os novos grupos – colonos – vindos do Rio Grande do Sul, já inseridos na lógica de mercado.

[...] a presença indígena não se articulava/articula com o projeto político de colonização européia e de implantação do progresso, como pode ser visto por várias

¹² BARBOSA, Marialva. op. cit.

¹³ LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 139.

¹⁴ De acordo com Facco, Lemes, et al (2008) a partir de 1982, com apoio do CIMI os Kaingang começaram a pressionar efetivamente a FUNAI para reconquistar suas terras. Ver FACCO, Janete; LEMES, Loivo A.; PIOVEZANA, Leonel. O índio, a aldeia e o urbano na formação sócio espacial de Chapecó. In: *Cadernos do CEOM – Chapecó*: Argos, 2008. p. 183-205.

¹⁵ RENK, Arlene Anélia. Território e alteridade: construções sociais do oeste catarinense. In: BLOEMER, Neusa Maria Sens; et al. *Os Kaingang no oeste catarinense. Tradição e atualidade*. Chapecó: Argos, p. 2007. p.

obras que tratam da colonização no Oeste do Estado. Os povos indígenas foram associados ao atraso e muitas vezes considerados como empecilhos para o progresso e civilização.¹⁶

Quanto aos Kaingang do Chimbangue, em especial, Silva¹⁷ aponta que eles permaneceram praticamente sem serem “ameaçados” até início do século XX. Para o autor, as atividades econômicas existentes na região, naquele período, ainda eram incipientes, “levando em consideração que a atividade econômica estava pautada na exploração madeireira, sendo que essa encontrava na pouca navegabilidade do Rio Irani, um obstáculo a seu desenvolvimento”.¹⁸ Por esse motivo, segundo D'angelis,¹⁹ “a extração madeireira só atingirá o Toldo Chimbangue em fins da década de 1930”.

O cenário da região vinha mudando consideravelmente, após o fim da Guerra do Contestado e a definição de limites entre Santa Catarina e Paraná (1916)²⁰. É importante destacar que o governo de Santa Catarina, após o acordo de limites, passou a incentivar a colonização da região Oeste, empreendida por companhias de colonização que vendiam lotes de terras aos colonos do Rio Grande do Sul, descendentes de europeus. As áreas de mata no Oeste, com “terra nova” e valores favoráveis em relação às do Rio Grande do Sul, eram a promessa de uma vida melhor para aqueles que migravam.

Dois lados, com práticas e objetivos bem distintos em relação a terra, acabaram se cruzando em um mesmo espaço. De um lado, os indígenas que tinham a terra e a floresta como lugar de sobrevivência, forma de vida e continuidade cultural; e de outro, os colonos

¹⁶ SAVOLDI, Adiles; RENK, Arlene. Territorialidades cruzadas: a construção das identidades indígenas e caboclas no Oeste Catarinense. In: *36º Encontro Anual da Anpocs GT11 - Estudos rurais e etnologia indígena: diálogos e intersecções*. Águas de Lindóia – SP, 2012. Disponível em: http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7960&Itemid=76. Acesso em: 15/12/2015. p. 07.

¹⁷ SILVA, Marcos Antônio. *Memórias que lutam por identidade: a demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbangue (SC) – 1970 – 1986*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

¹⁸ SILVA, Marcos Antônio. *Memórias que lutam por identidade: a demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbangue (SC) – 1970 – 1986*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 66.

¹⁹ D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê, SC: Regional Sul do CIMI. 1984. p. 54.

²⁰ Ao tratar sobre a viagem do governador – na época Presidente de estado - Adolf Konder em 1929, Renk (2005, p. 111) destaca que “O atual Oeste catarinense (território, na acepção clássica da Geografia, enquanto espaço delimitado) passou por disputas de fronteiras e configurações espaciais. A primeira foi a questão de Palmas, entre Brasil e Argentina. Dirimida aquela, a disputa é de âmbito interno, na qual Paraná e Santa Catarina discutem fronteiras, terras impostos e cargos políticos, resultando na Questão do Contestado, resolvida em 1917. Nesse acordo foi figurado o atual desenho do Oeste Catarinense, valendo-se de fronteiras naturalizadas, fundamentadas nos cursos d'água: do Rio do Peixe, Uruguai ao Peperi-Guaçú, separando-os dos ‘espanhoes confinantes’ ao oeste”. Ver: RENK, Arlene. O conhecimento do território: a Bandeira de Konder. In: Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (ORG.). *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina : documentos e leituras*. Chapecó: Argos, 2005. p. 109 – 128. Arlene Renk, em “Narrativas da diferença” (2004) também afirma que a região oeste passou a ser denominada como tal a partir de 1920, anteriormente, nos mapas era identificada como zona desconhecida e despovoada.

que almejavam a terra e a floresta como campo produtivo a ser transformado.

Diante disso, as populações que já habitavam estas áreas, sentiam de maneira inversa este processo, pois na medida em que a colonização avançava, a instabilidade e desestruturação dessas populações também se acentuava.

A situação dos Kaingáng que habitavam a região do Rio Irani passou a ser preocupante quando no ano de 1919 a Companhia Colonizadora Luce, Rosa & CIA. LTDA. comprou as terras de posse dos descendentes da Baronesa de Limeira, que abarcavam a fazenda Barra Grande, a mesma que, em 1892, José Joaquim de Moraes mandou registrar em seu nome.²¹

A partir do momento em que as terras passaram a ter um valor econômico maior, devido o processo de colonização, os Kaingang foram forçados a se deslocarem para áreas mais afastadas. A Companhia Colonizadora Luce, Rosa & CIA. LTDA, que havia comprado as terras, pressionava também as autoridades públicas para “retirar” os indígenas. Posteriormente, a Companhia vendeu as terras para Giocondo e Severino Trentin, e o que se presenciou foi a gradativa expulsão dos índios Kaingang daquela localidade.

Esgotados os meios de fazer os indígenas sair do Chimbangue, por respeito aos documentos “legais” por ela apresentados, a Luce Rosa e Cia decide-se por alienar a maior parte das terras da área, entregando-a a terceiros para colonizar. Vai, porém impor-lhes, na escritura de compra e venda, “a inclusão da condição que ficará a cargo dos compradores interessarem-se pela retirada dos intrusos hoje existentes na gleba de terras vendidas”. Pela referida escritura, vende a Severino e Giocondo Trentin a área de 1.576,89 hectares [...] dos quais 1200 hectares dentro das terras do Chimbangue, ficando os restantes 375 hectares a Oeste do Lambedor, fora da ocupação indígena.²²

Enquanto o processo de colonização “prosperava” e apresentava-se como realidade, a situação dos indígenas foi piorando, dispersando-os para várias localidades, bem como sujeitando-os a serem peões das terras que antes habitavam. “O processo de concentração da terra agravava-se, aliado a ele, a incorporação de toda a área não integrada à economia de mercado [...], levaria à tomada dos últimos cantinhos de terra livre, ainda em poder dos Kaingang do Chimbangue”.²³ Assim, quando já não resta mais terra para o grupo, que se inicia um movimento de retomada dessas áreas.

Ao longo deste processo, as disputas foram se acentuando, colocando índios e

²¹ SILVA, Marcos Antônio. *Memórias que lutam por identidade: a demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbangue (SC) – 1970 – 1986*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 66.

²² D’ANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. *Cadernos do Ceom*, Chapecó - SC, v. 6, p. 07-91, 1989. p. 68.

²³ Idem, 1984, p. 76.

agricultores em uma constante luta pela terra, posta não só na justiça, mas também no cotidiano dos moradores da região – através dos laços familiares e de identidade cultural – e na imprensa.

Nesse espaço, tanto de disputa pela terra, como disputa simbólica entre sujeitos, com visões e memórias distintas, observamos a atuação da imprensa “mediando”, através de suas notícias, os acontecimentos e as vozes em torno da questão.

Conforme indicam Silva e Gouvêa,²⁴ “Notícias relacionadas aos movimentos sociais, passaram a ser veiculadas com regularidade a partir do final da década de 1970 e com mais força e vigor a partir da segunda metade da década de 1980”. O “conflito” entre índios e colonos em Sede Trentin, interior de Chapecó-SC, também teve ampla repercussão na imprensa escrita. Foram vários os jornais que acompanharam as ações desenvolvidas por estes grupos, transpondo uma realidade que até início da década de 1980 era localizada e regional, para um contexto estadual e nacional.

Um primeiro levantamento²⁵ encontrou notícias citando o tema em vinte e dois jornais,²⁶ somando uma quantidade de aproximadamente duzentas e dezenove notícias, entre os anos de 1982 e 1985.

Tanto pelo envolvimento de várias entidades da região, como pelo acirramento das disputas entre os índios e os colonos, a questão tomou grandes proporções, sendo debatida em várias esferas políticas e sociais. Também se tornou matéria para vários jornais, tanto locais, como estaduais e nacionais.

Importante também destacar, o crescimento do espaço de repercussão do assunto, que passa a ser noticiado em jornais de abrangência nacional. Por meio de um processo de retroalimentação, esse crescimento acaba também por interferir na própria cobertura dos jornais locais e estaduais. É por meio da cobertura dos jornais estaduais e locais, mais especificamente, pelos correspondentes, que estes jornais nacionais recebem as informações.

Em jornais como, *O Estado de São Paulo*, foram verificadas uma quantidade expressiva de notícias sobre o tema, assim como em, *O Globo*, *Correio Braziliense*, *O Estado*

²⁴ SILVA, Cristiani Bereta da; GOUVÊA, Vanessa Moraes de. Movimentos sociais rurais e redemocratização do Brasil: interpretações possíveis a partir do jornal *O Estado* (1980-1990). *HAO*, Núm. 31, 109-132, 2013. p. 110.

²⁵ Este primeiro levantamento foi realizado principalmente por meio do Portal Povos Indígenas. Site para acesso: <http://pib.socioambiental.org/pt>

²⁶ Jornal *O Estado* – Florianópolis; Jornal *O Porantim*; *O Estado de São Paulo*; *Jornal de Santa Catarina* - Blumenau; *O Estado do Paraná*; *O Globo* – Rio de Janeiro; *Diário da Manhã* – Chapecó; *Diário de Minas*; *Jornal de Brasília*; *Diário Popular*; *Correio Braziliense*; *Jornal do Brasil*; *Folha de São Paulo*; *O Liberal* – Belém do Pará; *A Notícia*; *Diário do Grande ABC*; *O Dia*; *Correio Popular*; *Última Hora*; *Notícias Populares*, *Jornal Elo Cooperativo*.

do Paraná, entre outros, em menor quantidade. Foram alguns dos momentos impactantes que tiveram sua comunicação em nível nacional. Notícias como a do dia 24/03/1982, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, por meio de seu correspondente em Florianópolis, onde informava:

Os agricultores do município de Chapecó, que estão em litígio com um grupo de índios Kaingang, têm documentos suficientes para provar que as terras que hoje ocupam não pertencem aos indígenas, como alegam os dirigentes do Cimi e grupos da Pastoral da Terra. Segundo o presidente do sindicato dos trabalhadores rural de Chapecó, Arlindo Schwarz, os agricultores são os legítimos donos de uma área distante 15 km da sede do município, onde moram cerca de 150 famílias.²⁷

A notícia publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, diz respeito às primeiras ações promovidas pelos grupos, onde, de um lado, os indígenas, com auxílio do Conselho Indigenista Missionário – CIMI solicitavam à FUNAI, a devolução de suas terras, e por outro, os colonos, em posse de suas escrituras, tratavam de se defender publicamente. Entretanto, cabe salientar que as notícias não ficaram focadas apenas na divulgação do contexto inicial.

Foi possível identificar nesses jornais de ampla circulação, que as publicações se estenderam durante todo o processo. Como exemplo para evidenciar a repercussão da questão, podemos citar alguns dos títulos encontrados e seus respectivos jornais:

- “Liminar da gleba a índios” - *O Estado de S. Paulo*, 15/12/1982;
- “Cacique exige na justiça que Funai demarque reserva” - *O Globo*, 22/06/1983;
- “Colonos ameaçam tirar índio da terra” - *O Estado do Paraná*, 13/12/1983;
- “Em Chapecó, índios ameaçam 900 colonos” - *O Estado do Paraná*, 13/07/1984;
- “Agricultores querem remoção de Kaingang” - *Correio Braziliense*, 02/08/1984;
- “Atrito em Chapecó de índios e agricultores” - *Diário do Grande ABC*, 12/08/1984;
- “Eminente conflito com os índios” - *Diário de Minas*, 15/12/1984;
- “Índios de SC acampam na Funai” - *Jornal de Brasília*, 19/03/1985;
- “Caingangues ocupam a Funai em Brasília” - *O Estado de São Paulo*, 19/03/1985;
- “O fim da vigília dos índios em Brasília” - *Jornal da Tarde*, 20/03/1985;
- “Com Tancredo doente, tribo fica sem terra” - *Correio Braziliense*, 23/03/1985;
- “Promessa protelada irrita os Kaingang” - *Jornal de Brasília*, 12/06/1985.

Encontramos também em quantidade significativa nas publicações do jornal *O*

²⁷ Jornal *O Estado de São Paulo*, 24/03/1982. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt>.

Porantim – jornal criado pelo CIMI, o qual publicava matérias específicas sobre a questão indígena no Brasil. O *Porantim* também acompanhou de perto a questão de Sede Trentin/Toldo Chimbangue, denunciando a situação indígena na região e os impasses da questão.

Na esfera estadual, os jornais como: *A Notícia*, *Jornal de Santa Catarina*, *O Estado*, também publicaram em suas páginas, informações sobre a disputa. No entanto, pelo recorte do trabalho e proposta, escolhemos examinar a cobertura jornalística de apenas um jornal em específico. Assim, partindo de uma visão mais abrangente, observamos que num jornal do estado de Santa Catarina, de abrangência estadual, a cobertura da questão e do desenrolar dos acontecimentos, se deu de maneira significativa. Destaca-se o jornal *O Estado*, de Florianópolis, que, mesmo tendo a sua sede distante da região oeste, atuou de forma bastante ativa.

A partir de então, desenvolveu-se uma pesquisa focada no referido jornal, por meio do acesso à sua coleção – sob guarda da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, situada em Florianópolis. Foram mapeadas aproximadamente, cento e trinta notícias sobre a disputa entre índios e colonos em Sede Trentin/Toldo Chimbangue, entre os anos de 1982 e 1985 - ano da publicação do decreto federal 92.253/1985, demarcando metade da área reivindicada pelos Kaingang. As notícias encontradas demonstraram que além do aspecto informativo, que as mesmas assumiram no contexto de sua produção, ficaram registrados nas páginas do jornal, as escolhas e os sentidos propostos para o entendimento da questão, conforme discutiremos a seguir.

Representações da disputa pela terra

“Os jornalistas têm ‘óculos’ especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado.”

(Pierre Bourdieu)

Dizia Marc Bloch: “a história consiste não apenas em saber como os acontecimentos ocorreram, mas igualmente como foram percebidos”.²⁸ A imprensa, neste sentido, é um dos

²⁸ Citado por Jean-Jacques Becker. Ver: ECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 201.

espaços em que podemos observar, como determinados acontecimentos foram percebidos. Ao menos pelos jornalistas e/ou pelos jornais, ou seja, são as suas percepções que são postas em circulação por meio das notícias.

Foi através do jornal, como já informamos, que a questão de Sede Trentin/Toldo Chimbanguê, teve ampla repercussão, chegando a vários espaços do estado de Santa Catarina. A frequência com que eram publicadas as informações sobre a questão evidencia um acompanhamento e uma atualização constante sobre a disputa.

A questão entre índios e colonos foi apresentada em vários espaços do jornal. A seção intitulada “Santa Catarina” foi o espaço em que mais notícias foram publicadas, seguida da seção “Política/Administração”. Nas páginas reservadas ao espaço “Santa Catarina”, estas questões tiveram oitenta e nove referências, representando um percentual de 74% do total das publicações. Destas oitenta e nove publicações, vale ressaltar que vinte estiveram estampadas na capa do jornal. Na seção Santa Catarina, estavam as notícias de abrangência estadual, que apresentavam o cenário das diferentes regiões catarinenses. Em suma, o estado catarinense, estaria representado nestas páginas e nessas datas, o leitor que procurava informações gerais sobre o mesmo, encontrava no local “Santa Catarina” com grande frequência, as notícias sobre a disputa de terras entre índios e colonos. Na seção “Política/Administração”, foram encontradas vinte e cinco publicações, sendo que destas, quinze foram publicadas na capa do jornal. Se na seção “Santa Catarina” os temas são gerais e tentam mostrar um panorama do que estava acontecendo no estado, nesta, o próprio título “Política/Administração” remete a uma classificação mais restrita. Em menor quantidade, as notícias também foram publicadas nas seções “Cidade”, “Geral” e “Polícia”. Em “Cidade”, foram publicadas cinco notícias, e uma delas foi capa. Na “Geral” somente uma, assim como na seção “Polícia”. Importante destacar a quantidade de capas ao longo da cobertura: cerca de 35% das publicações mapeadas, estiveram em destaque para seus leitores.

É importante destacar que, como o jornal tinha abrangência estadual, a quantidade de notícias sobre Sede Trentin, postas em circulação, no confronto com outras regiões, reforça uma ideia muito difundida sobre a região oeste, onde historicamente é representada pela imagem de espaço conflituoso. Outro fator que nos leva a salientar esses elementos, diz respeito ao fato de que, na seção “Santa Catarina”, espaço onde encontramos o maior número de notícias, era o local em que estavam as informações de todas as regiões. Ao considerarmos que na maioria das vezes que o jornal publicava notícias sobre Chapecó, bem como sobre o oeste catarinense, estavam estampadas notícias sobre a questão de Sede Trentin/Toldo Chimbanguê, assim como outras questões “conflituosas” relacionadas a posse da terra, da

qual demarcava certas imagens sobre a região. Certamente isto dependia de maneira fundamental, da percepção do jornal sobre as questões em destaque na região durante aquele período.

Embora possamos dizer que na época, o que estava em questão era um cenário de organização e mobilização dos indígenas, que “embalados” por um contexto de abertura política e ressurgimento de lutas populares, por conquista de direitos e participação política, iniciaram um processo de retomada de suas antigas terras – Toldo Chimbangue –, o jornal, necessariamente, poderia e obviamente tinha outros olhares; outras cenas poderiam representar o que estava acontecendo naquela região.

Uma notícia do dia 11 de junho de 1985, com o título “*Campanha exige solução para índios no Oeste*”, demonstra um pouco do clima verificado naquele período, sobretudo, como o jornal de certa forma se deixa influenciar pela situação, traduzindo para seus leitores uma realidade com características associadas a um estado quase que de “guerra”.

Chapecó – “Não haverá trabalho, enquanto não houver justiça”. Essa é a frase dos cartazes que estão pendurados em todas as casas comerciais da localidade de Sede Trentin Toldo Chimbangue, onde índios e colonos disputam a posse de 2.000 hectares de terra. Desde às 6 horas da manhã de ontem, o Grupo de Jovens e Clube de Mães (aproximadamente 200 pessoas) estão desencadeando uma verdadeira “**frente de guerra**”, contra a passagem de qualquer pessoa ou órgão que esteja contra o direito de propriedade dos colonos sobre as terras de Sede Trentin. O movimento é pacífico, garantem os líderes, Maristela Girardi, Ivanir Trombeta do grupo de jovens e Melania Perin, do Clube de Mães, mas vai perdurar pelo tempo que for necessário. Querem a presença do Governador do Estado, Esperidião Amim, e de representantes do Governo Federal, para verificação no local do problema e conversar com os agricultores, para sentirem a “**angústia dos colonos**”, observa Maristela Girardi. Até que isso não aconteça o movimento será mantido. As líderes dessa manifestação, não irão a Brasília para discutir a questão. Elas querem que toda e qualquer negociação seja feita na própria localidade de Sede Trentin. Essa é a forma de pressionar os responsáveis pela **solução do conflito** em Sede Trentin, que se arrasta há mais de 40 anos. [...] Na estrada principal de Sede Trentin, uma **barreira humana** foi organizada para não permitir a passagem de pessoas ou veículos, que não comprovem a sua intenção e os motivos de estarem na localidade.²⁹

Antes de tudo, o próprio título da notícia – “Campanha exige solução para índios no Oeste” – nos chama a atenção. O título anuncia uma intenção que se confunde com o objeto noticiado, ou seja, são os colonos que estão manifestando. Qual a “solução para os índios”? O título dá a entender que existe uma campanha para resolver os problemas dos índios, porém, ao ler a notícia, o que fica evidente é que o problema na verdade é o índio, já que a “angústia dos colonos” era provocada pela situação de os índios reivindicarem a posse daquela área. A ideia de “solução do conflito”, naquele momento, significava para os colonos, serem ouvidos

²⁹ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 11 jun. 1985. grifo nosso.

e ser respeitado o seu “direito de propriedade”, ocasionando conseqüentemente a retirada dos índios. Associados a estas observações, destacamos na notícia os momentos em que o texto do jornal utiliza expressões que remetem a uma caracterização do que estava acontecendo naquele espaço. Atentamos também para os trechos que sinalizam as representações que giravam em torno da questão entre índios e colonos. Chamam a atenção as palavras e as afirmações “estão desencadeando uma verdadeira “frente de guerra”, contra a passagem de qualquer pessoa ou órgão que esteja contra o direito de propriedade dos colonos sobre as terras de Sede Trentin”, ou também, “Na estrada principal de Sede Trentin, uma barreira humana foi organizada para não permitir a passagem de pessoas ou veículos, que não comprovem a sua intenção e os motivos de estarem na localidade”. Os fragmentos citados, vinculados recorrentemente a uma ideia de “conflito” marcam o cenário representado pelas notícias da época.

Outro fragmento que reforça a imagem de um espaço conflituoso, que está prestes a “explodir” – conforme o próprio texto “incita” – verifica-se em uma das notícias que compara Sede Trentin, a um *barril de pólvora*. Conforme pode ser visto, a notícia indica que:

Há mais de uma semana é domingo para as 140 famílias de agricultores, pois pouca ou quase nenhuma atividade é exercida. Até mesmo as extensas roças, especialmente de milho, estão abandonadas, dada a situação difícil no “barril de pólvora de Chapecó”.³⁰

O texto jornalístico tem como intenção traduzir com maior fidedignidade e realidade, os fatos que acontecem na sociedade. Entretanto, o compromisso com a verdade nada mais é que a tentativa de expressar fielmente a leitura que se fez de uma determinada situação, estando a escrita da notícia, voltada obviamente à interpretação que o jornalista fez ou se deixou fazer. Se a leitura dos fatos interpretou a questão como um “conflito”, certamente a notícia do jornal precisa apresentar elementos que remetam ao leitor essa imagem, e isso se apresenta por meio da escrita. Assim, o texto do jornal evidencia para o leitor, as informações que dão conta de expressar a sua observação, onde se estabelece o encontro entre os fatos verificados nas fontes selecionadas e o recorte estabelecido para aquela realidade.

Seguindo esta linha, podemos citar outros títulos e frases que davam conta de expressar estas imagens sobre a região: “Trentin está prestes a explodir”, insinuava o título publicado em 04/02/1985. O título de 05/02/1985 indicava: “Conflito de terra aumenta tensão no oeste”. Nota-se que “o local conturbado”, “prestes a explodir” era associado a uma bomba

³⁰ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 16 jun. 1985.

que a qualquer momento poderia explodir, aumentando assim a “tensão” na região oeste. Dentro desta linha de argumentação, “Os agricultores receberam um ultimato”, alertava o jornal em 26/07/1985. “As últimas 24 horas foram de calma na área conflagrada”, informava ele no dia 10/08/1985. Anunciava, em 16/05/1985 que “A bandeira branca hasteada ontem em Sede Trentin pelos colonos em sinal de paz [...] não conseguiu produzir o esvaziamento da tensão”. E em 17/08/1985, o título da notícia informava: “Brancos temem ataque dos índio”.

O cenário apresentado remete constantemente a um espaço que para além de uma disputa de terras, confere ênfase ao caráter mais conflituoso entre os indivíduos. A questão da terra torna-se pano de fundo e o que entra em destaque é um “conflito” repleto de ameaças, possíveis ataques e invasões.

Desta forma, permeadas por uma ideia predominantemente voltada à constatação de que Sede Trentin/Toldo Chimbangue se configurava como um espaço de extrema tensão, bem como uma “área de conflito”, as notícias, em grande maioria apresentavam em suas abordagens estas percepções. Entretanto, outros elementos também podem ser considerados nesta relação: a disputa de discursos entre os agentes envolvidos na questão.

O jornal apresentou em suas notícias, “frente a frente”, índios e colonos, bem como seus representantes, articulando uma série de versões, acusações, defesas e discursos variados. O jornal apresentava as informações sob o viés da fala dos envolvidos, ou seja, as notícias privilegiavam majoritariamente a fala da fonte – índios, colonos e seus representantes.

Mas quais foram estas vozes? Qual o peso delas nas representações da questão como um todo ao longo da cobertura do jornal? Essas questões podem ser discutidas por meio daquilo que denominamos como “vozes autorizadas”, ou seja, vozes que tiveram espaço e legitimidade, sendo acionadas para relatar determinadas situações.

Por meio da cobertura do jornal, podemos observar dois grupos em constante oposição e com estratégias diferentes. Do lado dos colonos, as vozes que permearam os debates no jornal, foram além dos próprios colonos, os deputados estaduais e federais “representantes do Oeste”, os vereadores de Chapecó, o próprio prefeito da cidade juntamente com o governador do estado. Ainda em defesa dos colonos, ecoaram as vozes dos sindicatos e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina. Do lado dos índios, tiveram participação ativa no jornal as vozes do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a Associação Nacional de Apoio ao Índio – ANAI, a União das Nações Indígenas – UNI, Conselho de Missões entre Povos Indígenas – COMIN, a OAB de Santa Catarina, Igrejas e as Pastorais.

Em defesa dos colonos, destacaram-se as vozes que priorizavam as questões jurídico-políticas. A terra havia sido comprada e escriturada, por isso, argumentavam, deveria ser respeitado o direito à propriedade. Ao passo que isto não estava sendo “respeitado”, a via política era o caminho a ser seguido, por isso o envolvimento de tantos políticos. Por outro lado, em defesa dos indígenas, prevaleciam as falas e discursos, enfatizando o direito imemorial dos índios Kaingang sobre as terras do Chimbanguê. Das vozes que entravam em ação, destacavam-se também os argumentos relativos aos direitos humanos, sendo que a terra, para os índios possuía valores diferentes do que para os colonos, no qual estabeleciam uma relação muito mais produtiva e econômica do que social e cultural como os índios. Todavia, resta sabermos ainda, qual dos grupos teve maior visibilidade e espaço no quadro geral das notícias do jornal.

Numa visão geral, conforme examinamos, as falas a favor dos colonos tiveram – naquelas notícias, que se usaram delas – maior visibilidade dentro da cobertura jornalística. Comparado com as notícias, que deram voz e vez aos índios e/ou seus “representantes”, as notícias com vozes alinhadas aos colonos tiveram maior número, representando cerca de 40%, seguidas daquelas que tiveram mais que uma versão, ou seja, o contraponto entre as versões e os discursos, dentro da própria notícia e que totalizaram 31%. E por último, as notícias que tiveram somente as vozes alinhadas aos interesses dos indígenas, representando 27%. Fizemos este cálculo identificando as notícias que acionavam falas dos atores envolvidos e/ou seus representantes para compor o texto jornalístico.

Os dados são importantes, pois nos dão indícios de como a cobertura jornalística, por mais imparcial que se afirme querer ser, selecionou e priorizou determinados agentes e determinadas versões sobre a questão. Vale sinalizar que mesmo na tentativa de apresentar as diferentes vozes e opiniões sobre o tema, este trabalho também se operava de forma subjetiva, com escolhas, recortes e seleções. O jornal, notadamente, construiu suas narrativas com vozes que acreditava ser representantes da realidade. É, portanto, através destas vozes, eleitas e selecionadas, que o jornal imprimia sem sombra de dúvidas a sua leitura.

Considerações finais

Neste artigo evidenciamos o jornal *O Estado* e alguns aspectos de sua cobertura jornalística sobre os acontecimentos referentes à questão envolvendo índios e colonos de Sede Trentin/Toldo Chimbanguê, no intuito de problematizar, como a imprensa desenvolve um papel preponderante na construção da realidade social, tornando-se um importante agente na

articulação e exposição dos debates de seu tempo.

A análise de como a questão de Sede Trentin/Toldo Chibanguê circulou no jornal *O Estado* apresentou novos elementos para a compreensão do papel da imprensa na mediatização dos fatos sociais. Ao transpor a fronteira da disputa de terra – para fora de seu entorno – e observar como ela se propagou e alcançou espaços não imaginados, por meio da imprensa, apresentamos elementos que oferecem conseqüentemente outras visões sobre os acontecimentos nessa localidade.

Observar de maneira geral as notícias sobre Sede Trentin/Toldo Chibanguê, nos revelou que ao mesmo tempo que foram construídas representações sobre os acontecimentos naquela localidade, a imprensa tornou-se também uma extensão da disputa, uma vez que foi por meio dela que a questão circulou no meio público motivando novos embates no campo social e político. O jornal, como demonstramos, foi o espaço pelo qual as vozes se tornaram públicas, por onde, em maior ou menor grau, os agentes se colocaram para a sociedade; foi o espaço de pressão, mobilização e comoção de ambos os grupos.

Neste sentido, a repercussão e a exposição na esfera pública propiciou novos contornos à questão, uma vez que, por meio das representações construídas pelo jornal, tanto o veículo, como também os atores envolvidos no processo, “sensibilizaram” e “mobilizaram” a discussão e a opinião pública em torno do tema.

A imprensa escrita lançou seus olhares para este espaço, justamente pela questão das disputas pela terra – que já era marcante na região oeste – motivando uma série de notícias sobre os acontecimentos. Através de alguns títulos, foi possível observar uma seqüência dos acontecimentos e principalmente uma continuidade nos assuntos. As notícias publicadas no desenrolar do processo, construíram uma narrativa para o público leitor, voltada principalmente à ideia de “conflito” entre os agentes. Estabeleceram por meio de imagens e textos aquilo que naquele momento era interessante/conveniente retratar, submetendo a temática à análise dos diferentes grupos de leitores do jornal no estado de Santa Catarina. Colocaram em destaque, na pauta da opinião pública das regiões de circulação, o oeste e seus problemas em torno da terra.

Referências bibliográficas

Livros

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro:

Mauad X, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo, Contexto, 2012.

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1997.

DANGELIS, Wilmar da Rocha. *Toldo Chimbangue: história e luta Kaingang em Santa Catarina*. Xanxerê, SC: Regional Sul do CIMI. 1984.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Capítulos de Livros

BECKER, Jean-Jacques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UERJ/FGV, 1996, p. 185-212

BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. Informação, educação, entretenimento. In: _____ *Uma história social da mídia*. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias; revisão técnica Paulo Vaz. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

RENK, Arlene Anélia. Território e alteridade: construções sociais do oeste catarinense. In: BLOEMER, Neusa Maria Sens; et al. *Os Kaingang no oeste catarinense*. Tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007. p. 14 – 32.

Artigos em Periódicos

DANGELIS, Wilmar da Rocha. Para uma história dos índios do Oeste Catarinense. *Cadernos do Ceom*, Chapecó - SC, v. 6, p 07-91, 1989.

MORAES, Denis. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

SILVA, Cristiani Bereta da; GOUVÊA, Vanessa Moraes de. Movimentos sociais rurais e redemocratização do Brasil: interpretações possíveis a partir do jornal O Estado (1980-1990). *HAO*, Núm. 31, 109-132, 2013.

Anais de eventos

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? In: *IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom - XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Porto Alegre – RS, 2004. Disponível em:

<http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/BARBOSA%20Marialva.pdf>. Acesso em: 30/09/2015.

SAVOLDI, Adiles; RENK, Arlene. Territorialidades cruzadas: a construção das identidades indígenas e caboclas no Oeste Catarinense. In: *36º Encontro Anual da Anpocs GT11 - Estudos rurais e etnologia indígena: diálogos e intersecções*. Águas de Lindóia – SP, 2012. Disponível em:

http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7960&Itemid=76. Acesso em: 15/12/2015.

Dissertações

SILVA, Marcos Antônio. *Memórias que lutam por identidade: a demarcação da Terra Indígena Toldo Chimbangue (SC) – 1970 – 1986*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

Fontes

Jornal *O Estado*, Florianópolis, 1982-1985. Acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Sites

Povos Indígenas no Brasil: <http://pib.socioambiental.org/pt>